

campanha  
**SALARIAL**  
**2024**

**SEM MOBILIZAÇÃO  
NÃO HAVERÁ  
RECOMPOSIÇÃO!**



## **ASSEMBLEIA ATO**

**15/12/23**  
**(sexta-feira)**

A partir das **12h**



**Espaço do Servidor**  
(entre os blocos C e D da  
Esplanada dos Ministérios)

**SINDSEP-DF** ESLIGADO A CUT  
E A CONDIPEFFEMANOS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

# Sem mobilização não haverá recomposição!

Todos à assembleia ato | 15 de dezembro (sexta-feira) | 12h |  
Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios

**A** 5ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), dia 16 deste mês, acendeu um sinal de alerta para o conjunto do funcionalismo público, que tem zero de previsão no orçamento da União para um reajuste linear em 2024. O governo alega falta de recursos em função do novo arcabouço fiscal.

O cenário é ruim, mas ainda pode ser alterado. As **entidades sindicais** têm uma **nova reunião no dia 15 de dezembro**. Nesse dia, vamos fazer uma **assembleia ato ao meio-dia no Espaço do Servidor (entre os blocos C e D da Esplanada dos Ministérios)**. A tarefa de cada servidor é mobilizar seus

colegas de trabalho para participar da atividade e cobrar do governo a previsão de recursos no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) e no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) para a recomposição salarial.

Na avaliação da direção do Sindsep-DF, somente a unidade e a mobilização dos servidores são capazes de transformar o panorama atual. “A certeza que temos, até o momento, é de nenhum reajuste para, ao menos, recompor as perdas salariais decorrentes dos últimos seis anos dos desgovernos Temer e Bolsonaro”, afirmou o secretário-geral Oton Pereira Neves.

## REAJUSTES DOS BENEFÍCIOS URGENTE!

### ◆ Auxílio alimentação:

Além do reajuste salarial, o governo precisa apresentar uma proposta de reajuste do auxílio alimentação, pois o auxílio alimentação dos servidores federais representa a metade do valor pago aos empregados públicos e é muito inferior ao pago aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário.

### ◆ Contrapartida do Auxílio Saúde:

O aumento da contrapartida do auxílio saúde é urgente. Atualmente, o governo não chega a arcar com 10% do valor do plano de saúde para a maioria dos servidores. O resultado são servidores, especialmente os aposentados, sem assistência médica.

### ◆ Auxílio Creche:

É outro benefício que está defasado, pois está sem reajuste há muitos anos. Não adianta o governo contratar servidores e não oferecer condições para manter o servidor qualificado e motivado no serviço público.

## CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES SALARIAIS

O Sindsep-DF alerta ainda que além da recomposição salarial, é urgente que o governo defina as diretrizes gerais para a estruturação e a reestruturação das carreiras, com vistas a corrigir as distorções salariais existentes entre os servidores de diferentes órgãos do Executivo Federal que possuem atribuições semelhantes.

O objetivo é que sejam criadas regras que garantam minimamente a unificação das tabelas salariais com

base na correção das distorções existentes e na unidade dos servidores. “Quando o governo não adota critério algum, ele enfraquece a categoria e a luta unificada dos sindicatos gerais. Nós fizemos essa discussão, elaboramos propostas de priorização e de diretrizes para a democratização do serviço público, mas até o momento o governo não abriu a discussão sobre estes pontos”, afirmou a diretora da Executiva, Mônica Carneiro.

## NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO

A direção do Sindsep-DF reconhece que a abertura das negociações com as entidades sindicais e a retomada do diálogo para a estruturação e a reestruturação das carreiras são avanços importantes, mas ressalta que a perda do poder de compra e o consequente endividamento dos servidores são problemas urgentes que influenciam não apenas na economia do país, mas também na melhoria dos serviços públicos.

Até o momento, apenas três setores estão com acordos de planos de carreira fechados: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Agência Nacional de Mineração (ANM), e a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS). Os demais estão com as demandas em discussão nas mesas setoriais de negociação temporárias ou emergenciais.

### ◆ Agricultura

Criação de Carreira de Suporte Técnico Administrativo ao Desenvolvimento Agropecuário e a Segurança Alimentar que envolve os Ministérios da Agricultura (MAPA); do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); e da Pesca e Aquicultura (MPA).

### ◆ Anistiados (Lei 8.878/94)

Reinstalação da Comissão Especial Interministerial



18/09/2023 - Instalação de mesa que vai tratar da Carreira da CPST

(CEI) para a reabertura dos processos de reintegração dos servidores demitidos do governo anistiados pela Lei 8.878/94.

### ◆ Carreira de Tecnologia da Informação (ATI)

Inclusão de todos os servidores analistas de sistema do PGPE/PCC/PST na Carreira de Tecnologia da

Informação (ATI/PGPE), cuja proposta de reestruturação está em discussão.

#### ◆ **Ciências e Tecnologia (C&T)**

Proposta de estruturação remuneratória dos cargos da carreira de Ciência e Tecnologia e realização de concursos públicos com vagas destinadas ao nível médio.

#### ◆ **CPST**

Correção da defasagem salarial da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST) seguida de reestruturação da carreira.

#### ◆ **Cultura e órgãos vinculados**

Reestruturação da carreira com correção da tabela salarial do Ministério da Cultura e órgãos vinculados.

#### ◆ **FNDE**

Reestruturação das carreiras de especialista, de técnico e do PEC dos servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

#### ◆ **Funasa**

Reestruturação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com a recomposição do quadro funcional da fundação, com o retorno dos servidores que foram redistribuídos quando da extinção do órgão.

#### ◆ **HFA e demais hospitais militares**

Reestruturação das carreiras do Hospital das Forças Armadas (HFA) e dos hospitais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com a implementação do piso salarial da enfermagem conforme a Lei nº

14.434/2022, entre outras demandas.

#### ◆ **Incra**

Reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com a criação de Gratificação de Qualificação (GQ) para os profissionais que têm qualificações e pós-graduações extras, além de Gratificação de Localidade (GL), a ser aplicada aos servidores que atuam na Amazônia Legal e faixa de fronteira.

#### ◆ **PGPE/PECs**

Correção das distorções e da defasagem salarial das tabelas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e dos Planos Especiais de Cargos (PECs), seguida de reestruturação das carreiras.

#### ◆ **INEP**

Reestruturação do plano de carreira; retirada da cláusula de barreira para a progressão funcional; correção da gratificação de titularidade dos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

#### ◆ **INMET/Ceplac**

Solicitação de estudos para o enquadramento dos servidores do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) na carreira da Ciência e Tecnologia.

#### ◆ **Meio Ambiente**

Reestruturação da carreira ambiental incluindo os servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

#### ◆ **Ministério da Educação (MEC)**

Criação da Carreira de Gestão de Políticas Públicas Educacionais (GPPE) e do Plano Especial de Cargos do MEC (PECMEC).

#### ◆ **MGI**

Criação de um plano de carreira específico, com a atualização do plano de cargos e salários, entre outras demandas dos servidores do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

#### ◆ **MJSP**

Plano de carreira específico do setor e implementação do teletrabalho.

#### ◆ **MRE**

Enquadramento dos servidores do Ministério das Relações Exteriores que integram o PGPE/PCC na carreira do Serviço Exterior Brasileiro (SFB).

#### ◆ **PDVistas**

Estudo para a reversão das demissões do governo FHC por meio dos programas de Demissão Voluntária ou Incentivada (PDV/PDI) e aprovação do PL 4.293/2008, que trata do cancelamento das demissões.

#### ◆ **PECFAZ**

Reestruturação do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ), com correção da defasagem salarial da tabela.

